

# MEC pode pedir a revogação da "liberdade vigiada" a Sarney

*ducos* JORNAL DE BRASÍLIA 19 DEZ 1987

O Ministério da Educação poderá pedir ao presidente Sarney a revogação do Decreto-nº 95.720, que institui a chamada "liberdade vigiada" para os reajustes de mensalidades escolares, caso as entidades representativas das escolas particulares não forneçam o demonstrativo dos preços praticados em dezembro de 87 e neste mês de março de 88, pelos estabelecimentos de ensino particulares do País.

As autoridades do MEC não estão aceitando a ponderação da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), de que não há tempo de,

até o dia 23 próximo, entregar ao Ministério uma relação dos preços praticados pelas 35 mil escolas privadas brasileiras, representadas pela entidade. Alegam, inclusive, que os dirigentes da Associação Brasileira de Mantenedoras, e da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas, prof. Cândido Mendes e padre Laércio Moura, respectivamente, prometeram levar os preços cobrados pelas instituições de ensino superior, para a reunião convocada pelo ministro Hugo Napoleão, naquela data.

Na hipótese de concretização da revogação do Decreto 95.720, o

MEC só vê uma alternativa para estipular, a curto prazo, os novos valores das mensalidades: seria a indexação dos preços com base nos valores praticados em dezembro último (corrigidos pela URP). Provavelmente o critério definitivo para os reajustes — caso essa hipótese realmente se concretize — só seria decidido no final do 1º semestre.

Na última terça-feira, a Federação Nacional das Associações de Pais de Alunos (Fenapa) entregou ao ministro Hugo Napoleão um documento solicitando a revogação do decreto da "liberdade vigiada".